

---

# Sugestões Práticas

---

## PSICANÁLISE E PSICOLOGIA ESCOLAR: JUNÇÃO POSSÍVEL?

*Leandro Alves Rodrigues dos Santos<sup>1</sup>*

A psicologia escolar é uma das possibilidades de atuação do psicólogo, parte integrante dos currículos de graduação em Psicologia, possui um estatuto científico, aglutina seus pares em associações de classe, produz material teórico e de pesquisa. Mesmo assim, por vezes, uma pergunta interroga os psicólogos que se aventuram por esse caminho: é possível pensar em um referencial teórico para balizar a própria prática nesse papel? E quando o psicólogo escolar se afina com a Psicanálise?

Como pensar nesse referencial teórico da Psicanálise, se essa teoria nasceu e continua se aprimorando a partir da prática clínica, do setting analítico, portanto aparentemente distante dos meandros da psicologia escolar? O objetivo desse trabalho é oferecer uma contribuição a essa questão central, de como se orientar pela Psicanálise em outras práticas – como, por exemplo, a de psicologia escolar – que não a clínica psicanalítica, bem como também atuar inspirado pela Psicanálise em outros papéis e ocupando lugares que não o de psicanalista.

Alguns pesquisadores, especialmente aqueles que se filiam ao campo resultante da conexão entre Psicanálise e Educação, contribuem de forma bastante ativa na teorização, problematização e investigação dos fenômenos educativos, das questões institucionais, da subjetividade enquanto constituinte dos laços sociais, do fracasso escolar, da apatia docente e discente, da violência entre os atores da cena escolar, dos interesses políticos e dos aspectos ideológicos presentes no cotidiano escolar.

Tais tópicos interessam não somente a psicanalistas e educadores, mas também a psicólogos escolares, que via de regra são convocados, desde o seu saber, a intervir nessas situações. Bem, e uma psicologia esco-

lar que se orientasse pela Psicanálise, como interviria? Da mesma forma que uma certa psicologia escolar (Cf. Patto, 1984) ainda arcaica, dependente dos manuais americanos de Psicologia, desses que encontramos vez e outra nos sebos, com seus gráficos, padronizações, escalas e supostas explicações, orientações e técnicas sobre como lidar com o mundo escolar. Não, algo muda...

A mudança, aparentemente simples, vai além de um descolamento da psicometria, das recomendações, de um processo de orientação – em que se calam ambos, professor e aluno – que ultrapassa os laudos repletos de resultados e prognósticos. Na verdade, uma intersecção entre a psicologia escolar e a psicanálise necessita antes de tudo, ser cuidadosamente articulada, com as precauções necessárias para um enriquecimento dos dois campos, até mesmo porque há diferenças entre os objetos de interesse, as finalidades, os procedimentos, os operadores e, principalmente, quanto aos sujeitos que demandam por esses saberes.

No âmbito da psicologia escolar, usualmente é a escola, representada pelos seus atores, que demanda por alguma ajuda, algumas vezes com pedidos francamente adaptativos, em outros momentos com solicitações um tanto quanto questionáveis, localizando a gênese da problemática quase sempre no aluno. Já no caso da Psicanálise – concebida como processo analítico, para a cura de neuroses – o sujeito que a demanda é um analisando em potencial, invariavelmente portando alguma queixa. Na Psicanálise em extensão, que aqui nos interessa, talvez a demanda pelo saber passe, antes de tudo, por quem almeja tomá-la como referencial, como por exemplo, o psicólogo escolar que a deseja como um norteador para a prática, até mesmo porque, para a instituição escolar, ao menos inicial-

---

<sup>1</sup> *Psicólogo escolar; professor universitário, psicanalista e mestrando em Psicologia – Universidade de São Paulo – Instituto de Psicologia (PSA).*

mente, esse não é um fator positivo ou tampouco impeditivo. Então, passa a ser um ato volitivo do psicólogo escolar a escolha pelo referencial psicanalítico, quer seja por identificação, tanto de sua análise pessoal, de seu percurso teórico ou eventualmente de sua prática clínica.

Mas o que importa efetivamente é o uso que esse sujeito faz dessa teoria, como a concebe, como se interroga sobre as conseqüências de seus atos e palavras, seu lugar nos intrincados mecanismos institucionais, bem como o manejo com o poder que lhe é delegado.

Tendo isso em mente, o psicólogo escolar que de-seje “beber na fonte“ da psicanálise, como sugere Kupfer (1997), tem como dever ético se questionar sobre a forma que operará no cotidiano escolar. Uma possibilidade é o de colocar em ato o “trabalho psicanaliticamente orientado”, idéia dessa autora para um trabalho em escolas, a partir da psicanálise lacaniana, que privilegia a linguagem enquanto articuladora da subjetividade humana.

Em nosso percurso pessoal, no papel de psicólogo escolar, temos apostado nessa idéia, com estratégias que vão se compondo a partir das questões e demandas que nos são postas pelo ambiente escolar, notadamente em escolas públicas. Nossa preferência tem sido o de atuar com grupo de professores, até mesmo por acreditar que o professor, mais do que ninguém, está bastante próximo ao aluno, podendo ser considerado um elemento importante para alguma transformação no estado de coisas em que se encontram as escolas públicas. E como temos atuado de forma regular nesse ambiente – tentando operacionalizar a idéia do “trabalho psicanaliticamente orientado” – tencionamos agora expor algumas de nossas inquietações, dúvidas e reflexões. Qual psicólogo escolar não as tem?

Uma delas, que muito nos instiga, se refere ao próprio manejo dessa prática, pois quando articulamos encontros com grupos de professores, tentamos fazer a palavra circular, proporcionar condições para a “oxigenação do tecido discursivo”, que Kupfer (1997) considera vital para alguma mudança nos laços e, por conseqüência, na instituição, quer seja pela via da re-significação, pela quebra das estereotípias ou ainda pela possibilidade de que cada professor, ao falar, se escute, e, dentro do possível, escute também o colega.

Nossa experiência tem demonstrado que essa oferta – de um espaço “psi” – realmente causa efeitos bastante interessantes; alguns professores ampliam seu

repertório, modificam certas posturas, re-significam seu lugar e o do aluno e, de certo modo, sua relação com a própria prática. Temos a forte sensação de que, dependendo das possibilidades subjetivas de cada sujeito, aparece algo de uma interrogação sobre o fazer pedagógico, parece ocorrer um alargamento da percepção, novos ângulos são descobertos pelo sujeito. Mas, então, apesar desses efeitos positivos, o que causa inquietação, o que mobiliza o psicólogo escolar que se propõe a desenvolver esse tipo de trabalho?

Kupfer, quando concebeu essa idéia, traçou algumas analogias entre a clínica psicanalítica e o trabalho em instituições. Nossas questões passam, primeiramente, por um questionamento da viabilidade dessa analogia, como por exemplo, na questão da ética, aspecto fundamental em um processo psicanalítico, o analista se pauta por uma ética específica. Funcionaria da mesma maneira nesse tipo de trabalho? Kupfer (1997) responde afirmando que: “A ética que orienta pode ser assim enunciada: um coordenador dirige os trabalhos, mas não dirige as pessoas. Cada um deverá responsabilizar-se por aquilo que diz, condição para a eficácia da direção dos trabalhos”(p.57).

O que temos observado em nosso percurso é que alguns participantes desses grupos, mesmo que “aceitando” o convite do coordenador – pois nunca permitimos que nossos encontros semanais fossem tomados como mais uma obrigação – muitas vezes consideram o fato de que, ao poderem falar, de sentirem que há um espaço para a circulação da palavra, de que será ouvido, entendem de que podem utilizar esse espaço para... *se queixarem!*

Sabemos como a queixa embute algo de um descontentamento, vai além de uma constatação de algo desagradável. Não, o queixante se endereça a um outro, se queixa de algo para esse outro, imaginário ou não, mas ao mesmo tempo se imiscue de sua responsabilidade. Voltolini (2001) toca nesse ponto, propondo-nos uma reflexão sobre a

“... forma da queixa sobre sua adequação, o que para nós não é um questionamento, visto que, como nos mostra a experiência psicanalítica, a queixa é a antítese do pensamento” (p.106).

Se o professor, então, só se queixa – mesmo que as razões que o levam a se queixar possam ser, eventualmente, absolutamente justas – não sobra muito espaço para uma mudança, para um giro na posição subjetiva do queixante frente à questão que o incomoda. Caso

quiséssemos traçar uma analogia com a clínica psicanalítica, estaríamos provavelmente tratando de algo próximo ao conceito da retificação subjetiva, momento onde o sujeito pára de se queixar do outro, para pensar sobre sua parcela de responsabilidade na problemática que envolve a queixa.

Como então operar nesse cenário, tendo esse conceito em mente, especialmente se estamos atuando com grupo de professores e não individualmente? Voltolini (2001) novamente nos ajuda, quando propõe que ao psicólogo cabe a missão de tentar potencializar alguma mudança nessa queixa, transformando-a em um enigma. Aqui entra o estilo pessoal de cada psicólogo escolar. Em nosso caso, certa vez escrevemos no quadro negro a tal frase: “*A queixa é a antítese do pensamento*”, e propusemos uma discussão fundada nas significações e no possível sentido dela, que questões causava em cada um do grupo, o que poderia haver de conexão entre essa frase e o trabalho do professor.

Em nossa perspectiva, esse momento toca nos participantes, cada qual a seu modo, mas, o mais importante disso, gera certos efeitos, talvez fazendo “... advir ali onde há um sofrimento/gozo um espaço de questionamento, não queixoso, mas um tipo de questionamento no qual o sujeito se sinta implicado no que *sofre/goza*, responsabilizando-se (não se culpando) por aquilo que é da ordem do ato” (Voltolini, 2001, p. 110).

Qual resposta poderíamos então oferecer à questão que o título deste trabalho porta? Sim, acreditamos que a intersecção entre a psicologia escolar e a Psicanálise ainda pode ser intensamente explorada; há muito a se pesquisar e cabe aos psicólogos escolares não se acomodarem passivamente, esperando por um outro iluminado que ofereça uma teoria mágica capaz de resolver todos os problemas do mundo escolar.

Quanto ao antagonismo entre os saberes, isso depende de como o psicólogo escolar concebe sua prática e sua relação com o outro. Caso se afine com a Psicanálise, com a construção de um saber e de um estilo próprio, com a ética no lugar destinado ao outro, com a aceitação de um inequívoco quantum de mal-estar nas relações e nos laços, certamente o psicólogo escolar poderá se beneficiar bastante dos conhecimentos já sistematizados pela Psicanálise.

Mas, queremos ressaltar algo fundamental, a responsabilidade pela escolha cabe ao psicólogo escolar, de como pode, com sua oferta, criar as demandas nas escolas e educadores que o procuram. Isso muda o

vértice da investigação nas questões escolares, muda radicalmente a essência da própria prática, como Voltolini (1994) sugere, pois depreende que “... o objeto de trabalho do psicólogo escolar não é a educação, mas, antes, as relações intersubjetivas das pessoas que se acham envolvidas no processo educativo, dentro da instituição escolar” (p.62).

Almeida (1999) também caminha nesse sentido ao afirmar que: “Refletir sobre tais escolhas, sobre o seu modo de apropriação e sobre as implicações político-pedagógicas das mesmas, parece-nos ser de importância capital, se pretendemos que os psicólogos assumam o compromisso com a sua prática em nome próprio, isto é, desde uma postura ética que implica o desejo do sujeito na sua ação e as especificidades de sua formação profissional” (p.81-82).

E se falamos de desejo do sujeito que ocupa o papel de psicólogo escolar, cabe aqui uma admoestação, estar atentos a um risco em que já nos vimos várias vezes envolvidos: não compactuar com o furor pedagógico, relativizar o “discurso (psico) pedagógico hegemônico”, tal como se refere Lajonquière (1999), no conceito que criou para alertar aos atores da cena escolar que, nesse discurso, não sobra espaço para o sujeito, pois o aluno não passa de algo, quase um objeto que confirme as expectativas prévias, tanto em termos de um desenvolvimento psico-maturacional natural e previsível, como também de potenciais cognitivos supostamente mensuráveis.

À guisa de alguma conclusão, a escola, apesar de ser um campo certamente movediço, ao mesmo tempo é um território ainda pouco explorado, produz com profusão material para pesquisa e intervenção de psicólogos escolares que desejem fazer algo novo, original, para além dos discursos médico-psicologizantes. Nesse desejo, certamente há um espaço para a entrada da Psicanálise, para uma inspiração – com base nela – que colabore para a construção de uma prática inovadora, que leve em conta a subjetividade de todos que procuram pelo psicólogo escolar, que novos conceitos possam ser criados, que novas estratégias possam ser elaboradas, que as vicissitudes nos laços sociais sejam consideradas parte inerente do processo e não como distúrbios, que as concepções do processo ensino-aprendizagem levem em consideração o inexorável do desejo humano, tanto do lado do aluno como do professor, que talvez mudanças sejam necessárias na escola como a concebemos.

Que os psicólogos escolares orientados pela Psicanálise possam, então, colaborar para essa saudável desconstrução das pseudocertezas, para a assunção

de sujeitos singulares, partindo deles próprios, influenciando por fim, aqueles que o demandam.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, S.F.C. (1999). O psicólogo no cotidiano da escola; re-significando a atuação profissional. Em R.S.L Guzzo (Org.) *Psicologia escolar: LDB e educação hoje*. Campinas. Editora Alínea.
- Kupfer, M.C.M. (1997). O que toca à psicologia escolar. Em Souza, M.P.R. e Machado, A. M. *Psicologia Escolar: Em Busca de Novos Rumos*. São Paulo. Casa do Psicólogo.
- Lajonquière. L. (1999). *Infância e ilusão (psico) pedagógica: escritos de psicanálise e educação*. Petrópolis: Vozes.
- Patto, M.H.S. (1981). *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo: T. A Queiroz.
- Voltolini, R. (1994). *Psicólogo escolar ou co-pedagogo? – Uma contribuição crítica à definição do papel do psicólogo escolar*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Voltolini, R. (2001). Do contrato pedagógico ao ato analítico: contribuições à discussão da questão do mal-estar na educação. *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, VI (10), 101-111.